

Professor questiona Projetos

18/04/2011



**Indicar para
um amigo**

Na reunião ordinária da Câmara da segunda-feira (18), o professor e arquiteto Ítalo Stephan subiu à tribuna para explicar e esclarecer a comunidade e vereadores os Projetos de leis nº 037/2011 e 038/2011 que seriam votados na reunião. Os dois foram encaminhados à Casa pelo prefeito Municipal e propõem a alteração da Lei 1.420/2000, referente ao Uso e Ocupação do Solo.



O primeiro Projeto prevê que nas vias com caixa de rua inferior a 7m, será concedida uma compensação de 20% (vinte por cento) do potencial construtivo da edificação, desde que conste no projeto um recuo de 2m ao longo da do lote. Tal recuo será transferido ao Poder Municipal. O objetivo é promover o alargamento das vias centrais do Município, aonde o trânsito vem se tornando cada vez mais caótico.

O segundo Projeto propõe que serão permitidos a construção de mais dois gabaritos, desde que estes sejam destinados exclusivamente às garanges, sendo, expressamente proibida a construção dessas no subsolo. O intuito do Projeto é diminuir a grande quantidade de terra que normalmente é gerada para a construção de garagens subterrâneas.

O professor questionou os textos dos Projetos, que segundo ele interfere no Plano Diretor de Viçosa, e disse que o primeiro traz argumentos vagos e equivocados e não tem uma solução que se aplica. Interpretando o segundo Projeto ele falou que: “a proposta não resolveria todo o problema. É realmente grave a questão da destinação da terra retirada das construções. É necessário agir para regularizar a situação, pois ainda há grande produção de entulhos”.

Ítalo finalizou com os seguintes argumentos. “Para melhorar a cidade, não é possível tentar resolver os problemas apenas da sua área central, é preciso planejar e pensar em soluções de interesses verdadeiramente coletivos. A alteração na lei resulta em um Projeto inadequado e que se aplicado não atenderá os objetivos aos quais se propõem. Os únicos setores beneficiados seriam novamente o imobiliário e a construção civil. Haveria como consequências o aumento da densidade populacional, a piora da qualidade ambiental, a necessidade de ampliação e infraestrutura e a piora do trânsito”.

O presidente da Câmara, Dr. João Batista (PR), justificou dizendo que o Projeto não veio com o texto adequado ao que se propunha, que o objetivo é melhorar a mobilidade das pessoas, e reconheceu que realmente a forma como chegou à Casa, favoreceu empreendedores.

Em votação, o vereador Marcos Arlindo (PV), líder do prefeito, pediu que os Projetos de leis nº 037/2011 e 038/2011 fossem retirados para a adequação do texto.